

Nota Informativa aos Produtores de Arroz

Conforme divulgado em Coletiva de Imprensa realizada no dia 5 de fevereiro, Farsul e Federarroz, entidades representativas do setor arrozeiro, antevendo um cenário de grave crise de preços do arroz, elaboraram sete ações a serem conduzidas durante este ano. O objetivo é, de forma antecipada, mitigar seus efeitos e reduzir seus impactos sobre a atividade produtiva.

As medidas apresentadas foram:

1. Difusão, com muita clareza e transparência, da preocupação das entidades com cenário para 2026 e recomendação de redução de área plantada;
2. Busca de mecanismos de comercialização;
3. Uso da CDO para estímulo às exportações;
4. Proposta de redução de ICMS de forma temporária, no período de maior comercialização, para melhor competir com o Paraguai (Governo do RS);
5. Proposta de desconcentração dos vencimentos de CPRs em 30/03 e 30/04 junto às indústrias, revendas e empresas multinacionais;
6. Alongamento de custeios junto às instituições financeiras;
7. Pesquisa, divulgação e medidas contra a venda de arroz fora do tipo especificado na embalagem.

Vimos informar aos produtores que a ação de número 6, “Alongamento de custeios junto às instituições financeiras”, registrou um avanço importante em reunião realizada com o Ministério da Agricultura, em decorrência das agendas mantidas em Brasília na semana passada.

Na oportunidade, o Ministério da Agricultura sinalizou favoravelmente para a possibilidade de parcelamento do custeio do arroz em até oito parcelas, medida que permitirá a desconcentração dos pagamentos no período pós-colheita, contribuindo para evitar pressões adicionais de oferta e, conseqüentemente, quedas mais acentuadas no preço do arroz.

O governo esteve reunido com as instituições financeiras que sinalizaram positivamente, mas, por ora, sem uma Resolução do CMN. Além do mais, é importante destacar que todas as resoluções são autorizativas e analisadas caso a caso. Nossa expectativa é que essa medida ajude os preços no primeiro semestre de 2026.